

REFLEXÕES SOBRE A COVID-19: PANDEMIA, NEOLIBERALISMO E MILITARIZAÇÃO¹

Thiago Luz²

Andressa Caroly³

Introdução

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarava, novamente, que o mundo estava diante de uma pandemia, desta vez ocasionada pelo vírus Sars-CoV-2, agente responsável pela COVID-19. Os efeitos da oficialização de uma nova pandemia logo foram sentidos ao redor do globo, pois observamos países adotando diferentes procedimentos de biossegurança, por exemplo, através de quarentenas, medidas de distanciamento social, campanhas de higienização, assim como fechamento de fronteiras, recomendações sobre *home office* e, também, o fechamento de escolas e a migração para ambientes virtuais de ensino. Todavia, esses procedimentos foram efetivados de diferentes modos de acordo com cada contexto social, assim como seus desdobramentos cotidianos. Um evento como a pandemia, portanto, embora seja um fenômeno em escala global, é sempre vivenciado através de práticas e sentidos em escala local e de forma

1 Este trabalho integra o projeto “A Covid-19 no Brasil: análise e resposta aos impactos sociais da pandemia entre profissionais de saúde e população em isolamento” (Convênio Ref.: 0464/20 FINEP/UFRGS). A pesquisa é desenvolvida pela Rede Covid-19 Humanidades MCTI e integra o conjunto de ações da Rede Vírus MCTI financiadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para o enfrentamento da pandemia.

2 Mestrando em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS). Licenciado em Ciências Sociais (UFRGS). Integrante do Grupo de Estudos em Educação e Transgressão (GEETRANS/UFRGS). Pesquisador da Rede Covid-19 Humanidades MCTI.

3 Mestranda em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS). Licenciada em Ciências Sociais (UFRGS). Integrante do Grupo de Estudos em Educação e Transgressão (GEETRANS/UFRGS).

singular (Mol, 2008), logo, pudemos observar diferentes processos desenrolando-se ao redor do mundo.

Por outro lado, a pandemia de COVID-19 fez com que pudéssemos perceber mais fortemente aquilo que Butler (2019) chama de condição de existência compartilhada por todas as pessoas, ou seja, a precariedade da vida. Entretanto, como pontua também a autora, essa precariedade não é compartilhada por todas as pessoas da mesma forma, pois as vulnerabilidades e desigualdades históricas e estruturais a que diferentes pessoas ou populações estão submetidas importam. Assim, a experiência da COVID-19 não tem nada de “democrática”, pois o contexto pandêmico tem exposto ainda mais as inequidades, como vêm apontando diferentes trabalhos socioantropológicos (Fassin, 2020; Fernandes, 2020; Joseph & Neiburg, 2020; Segata, Beck e Muccillo, 2020). Portanto, é importante que, ao invés de conduzirmos análises que reduzem o cenário atual sob o rótulo da “crise” – que parece restringir nossas possibilidades de reflexão crítica –, ou, então, lançarmos mão da ideia de que vivemos em um contexto de “novo normal” e o que nos resta é nos adaptarmos a esse novo contexto, são necessárias análises contextualizadas sobre a pandemia de COVID-19 ou, utilizando de empréstimo o termo de Haraway (1995), análises situadas.

O breve texto aqui proposto, portanto, pretende apresentar algumas reflexões situadas sobre o atual contexto pandêmico em relação ao Brasil, de modo a apresentar como a pandemia no caso brasileiro foi fortemente inserida em uma lógica neoliberal e em uma lógica militarizada.

Racionalidade neoliberal

A ideia de racionalidade neoliberal (Dardot & Laval, 2016; Brown, 2018; Foucault, 2008) permite compreender a presença de discursos e narrativas que difundem uma ideia de sociedade cada vez mais individualizante e marcadamente pautados em uma lógica empresarial. E como apontam os autores e a autora citados, é importante perceber que essa racionalidade não se restringe às medidas econômicas, antes institui um novo modelo social

ordenado pelos preceitos do mercado. Como apontam Dardot e Laval (2016, p. 16) “[...] com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos”. E assim destaca, também, Foucault (2008, p. 439) quando afirma que o neoliberalismo “[...] procura ampliar a racionalidade do mercado, os esquemas de análise que ela propõe e os critérios de decisão que sugere a campos não exclusivamente ou não primordialmente econômicos”.

Deste modo, com esse conceito como suporte analítico somos capazes de captar, por exemplo, como o discurso estatal brasileiro vem mobilizando ideias individualizantes na condução da pandemia que vivenciamos. Essas ideias de caráter individual não se restringem às ações econômicas, mas estão difundidas por toda administração e gerenciamento da pandemia. O modo como os protocolos sanitários são recomendados e o modo como as discussões sobre o uso de medicamentos não cientificamente comprovados são empreendidas, são dois exemplos de como o Estado brasileiro⁴ tem propagando a ideia de que “cada um cuida de si”. Assim, os protocolos sanitários como por exemplo o uso de máscaras e/ou distanciamento social são quase sempre difundidos como decisões unicamente individuais. O uso de determinados medicamentos também entra nessa lógica pessoalizada quando a ideia disseminada é a de que o paciente – com orientação ou não de um médico – deve escolher qual tratamento quer seguir. Esse tipo de “conselho” ignora, justamente, o caráter coletivo e colaborativo do fazer científico e das recomendações científicas. Há, nesse momento por parte do Estado brasileiro, portanto, aquilo que Brown (2018) vem chamando de desdemocratização da sociedade, ou seja, uma extirpação da coletividade e do pensar coletivo.

Citamos, também, como exemplo dessa racionalidade neoliberal apreendida pelo Estado brasileiro o processo de despolitização (Brown, 2018), característico desse tipo de racionalidade, que vem acompanhando as

4 Nosso foco aqui é o Governo Federal e seu modo de condução da pandemia, embora, certamente, esse *modus operandi* não se restrinja à esfera federal.

políticas públicas durante o atual contexto pandêmico. Essa despolitização de que nos fala a cientista política Wendy Brown opera popularizando ideias de que todas as decisões governamentais funcionam através de um viés unicamente técnico, pois há uma eliminação das “[...] dimensões política, ética e mesmo normativa que modulam as políticas públicas, objetivando dessa maneira contornar a política via abordagens técnicas e práticas dos problemas” (Brown, 2018, p. 18). O pressuposto determinante, portanto, para saber-se se determinada política pública será ou não instituída é meramente técnico e conseqüentemente apresenta-se como neutro, isto é, esvaziado de qualquer traço político. Assim, conforme essa racionalidade, a dimensão da justiça social ou a ideia de proteção aos cidadãos pode ser eliminada do horizonte sem grandes problemas, já que se determinada política pública não foi efetiva por parte do Estado isso não se deve a uma escolha deliberadamente política do Estado, mas a uma interpretação puramente técnica e objetiva da equipe econômica, por exemplo. Deste modo, discussões sobre a continuidade ou o encerramento do auxílio emergencial às pessoas, ou a continuidade de subsídios às empresas de micro ou pequeno porte podem ser encerradas com argumentos baseados em preceitos meramente tecnocráticos.

Por fim, destacamos a ideia de cidadania sacrificial (Brown, 2018), pois essa é a forma de cidadania estabelecida pela racionalidade neoliberal conforme destaca a autora. Como aponta a cientista política, no neoliberalismo contemporâneo há um deslocamento da cidadania enquanto engajamento público e enquanto fenômeno coletivo para uma cidadania de viés individual. Entretanto, como ela pontua, esse tipo de cidadania “[...] retém, transformada, a ideia de sacrifício cidadão” (Brown, 2018, p. 33), pois essa cidadania utiliza-se da ideia de responsabilidade individual para “atar” os sujeitos, por exemplo, à nação. Logo, se a nação está passando por uma crise, alguns indivíduos podem ser sacrificados em prol do bem-estar do país. No momento pandêmico presente podemos vislumbrar a circulação de diversos discursos envolvendo narrativas que evidenciam a necessidade de “não deixar

o país quebrar”. Assim, parece se instituir um ideário no qual o sacrifício individual é cada vez mais requisitado como um mecanismo de salvar a nação do caos ocasionado pela pandemia de COVID-19, mesmo que alguns pereçam no meio do caminho, pois como aponta Brown (2018, p. 46) “o mantra ‘estamos todos juntos nisso’ hoje atravessa nações, empresas, indústrias, cidades e instituições públicas, convocando os indivíduos ao sacrifício pela sobrevivência ou recuperação do todo econômico [...]”. Todavia, a despeito do *slogan* “estamos todos juntos” o que se percebe atualmente é que “os mais atingidos pela doença usualmente são aqueles e aquelas expostos às mais diversas vulnerabilidades e desigualdades da tessitura social” (Segata, Beck e Muccillo, 2020, p. 364). Em contrapartida os mais atingidos – e, talvez, os mais sacrificados – pela pandemia parecem ser, também, os menos protegidos pelas escassas políticas sociais existentes. Portanto, podemos refletir se, na verdade, o que está em jogo é a salvação da nação (e conseqüentemente as pessoas) ou a salvação dos mercados financeiros e seus privilégios.

Militarização

Como apontou Segata (2020) a pandemia de COVID-19 – assim como o campo da saúde de forma geral – vem sendo narrada através de um viés militarizado. Podemos visualizar esse viés através dos recorrentes discursos que nos inscrevem em narrativas de guerra, de aliados e inimigos, algozes e reféns, passando pelo atrelamento da gerência do Ministério da Saúde brasileiro às Forças Armadas, e mais recentemente à circulação da ideia de que a vacina é nossa arma contra o novo coronavírus. Como aponta a teórica feminista Cynthia Enloe (2000, p. 02, *nossa tradução*) “muitas pessoas podem militarizar seu pensamento, como vivem suas vidas diárias, suas aspirações para seus filhos ou sua sociedade, sem nunca empunhar um rifle ou colocar um capacete”. Com isso, somos convidados a perceber que a militarização da vida não decorre exclusivamente da atuação dos cidadãos nas forças armadas, antes ela é produzida pela imaginação de que os pressupostos militares não são apenas válidos, mas normais e indispensáveis para uma “boa vida”.

Em relação a esse imaginário no qual os pressupostos militares são normalizados em nosso cotidiano destacamos como exemplo ilustrativo desse ideário um desenho que vem circulando pelas mídias no qual o conhecido personagem Zé Gotinha, símbolo das campanhas de vacinação no país, segura uma seringa em formato de fuzil. Tal desenho, inclusive, foi compartilhado inúmeras vezes pelas redes sociais por anônimos e por personalidades políticas⁵. Ora, uma vacina não é uma arma, assim como uma arma não é uma vacina. Todavia, a retórica militarista utiliza no contexto pandêmico atual uma como sinônimo da outra, justamente, pela narrativa centrada na lógica de guerra que é vinculada quando se discute a pandemia. A arma, símbolo da aniquilação do inimigo – seja externo ou interno à nação – é mobilizada também como símbolo da aniquilação do coronavírus, nosso atual inimigo. Visto por esse ângulo, por mais que não faça sentido algum atirar contra um vírus e que uma vacina não se relacione em nada com uma arma, pode-se utilizar uma como equivalente da outra, precisamente, pois o viés militarizado vem se alastrando cada vez mais por nossas vidas, inclusive por meio do Estado.

Ademais, é importante destacar que a militarização da vida, no caso brasileiro, não é um fenômeno recente, pois como sublinha Souza (2020), a militarização enraíza-se no tecido social brasileiro durante a Ditadura Militar, permanecendo até os dias de atuais. Percebe-se, também, que a militarização não se restringe ao campo da saúde pública, pois podemos observar seus tentáculos, por exemplo, no campo da educação através dos projetos de escolas cívico-militares e seu ideário de disciplina, rigidez e ordem⁶. O que se

5 A imagem referida pode ser conferida em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/03/4911632-eduardo-bolsonaro-posta-ze-gotinha-apontando-seringa-como-fuzil.html>>. Acesso em: 13 de mar. de 2021.

6 O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) cuja proposta é implementar 216 Escolas Cívico-Militares até 2023 em todo o país, talvez seja o exemplo mais nítido da militarização da educação. Informações sobre esse Programa podem ser encontradas em: <<http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>>. Acesso em: 14 de mar. de 2021.

encontra no horizonte político brasileiro atual é que a base de formação e sustentação do atual Governo Federal vincula-se diretamente ao militarismo⁷.

Considerações Finais

O que quisemos apresentar aqui, através de uma breve discussão analítica, foram dois dos diversos aspectos que se sobressaem – embora não sejam os únicos – quando refletimos sobre o atual contexto pandêmico brasileiro, a saber, uma racionalidade neoliberal e um constante processo de militarização. Certamente as reflexões estão longes de serem esgotadas e, portanto, muitas ainda virão no desenrolar dos próximos capítulos, pois a pandemia, assim como seus desdobramentos ainda permanecem intensos em nosso cotidiano. Logo, muitas análises, dos mais diversos campos científicos, ainda serão necessárias para que possamos compor um panorama crítico sobre esse evento global.

Logo, com esse texto pretendemos nos aliar às pessoas pesquisadoras que vêm debruçando-se sobre a pandemia de modo a fornecer alguns aportes teórico-analíticos sobre o mundo que vivemos hoje para que possamos compreendê-lo da forma mais ética, responsável e engajada possível, pois em nosso mundo contemporâneo é cada vez mais urgente que todas as pessoas tenham um comprometimento com um universo mais democrático, no qual a justiça social, a eliminação de todas as formas de desigualdades e a busca por equidade estejam sempre em nosso horizonte político, pessoal e científico.

Referências Bibliográficas

BROWN, W. (2018). *Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Zezie Edições (Coleção Pequena Biblioteca de Ensaio): Rio de Janeiro.

BUTLER, J. (2019) *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Autêntica: Belo Horizonte.

⁷ Isso é perceptível através do elevado número de militares ocupando cargos no Governo. Veja, por exemplo, o levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU): <<https://www.conjur.com.br/dl/levantamento-tcu.pdf>>. Acesso em: 14 de mar. de 2021. A esse respeito podem ser consultadas, também, as pesquisas das antropólogas Rosana Pinheiro-Machado e Letícia Cesarino.

DARDOT, P; LAVAL, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo: São Paulo.

ENLOE, C. (2000). *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives*. University of California Press: California.

FASSIN, D. (2020). Hazardous confinement during the COVID-19 pandemic: the fate of migrants detained yet nondeportable. *Journal of Human Rights*, v. 19, n. 5, p. 613-623. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14754835.2020.1822155>>. Acesso em: 13 de mar. de 2021.

FERNANDES, A. (2020). Coronel Vírus chegou - notas etnográficas sobre a Covid-19 entre vulnerabilizados da cidade do Rio de Janeiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 35, p. 7-34. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872020000200007>. Acesso em: 13 de mar. 2021.

FOUCAULT, M. (2008). *O Nascimento da biopolítica - Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Martins Fontes: São Paulo.

HARAWAY, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7-41. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>>. Acesso em 13 de mar. de 2021.

JOSEPH, H.; NEIBURG, F. (2020). A (i)mobilidade e a pandemia nas paisagens haitianas. *Horizontes Antropológicos*, v. 26, n. 58, p. 463-479. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218441/001122180.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 de mar. 2021.

MOL, A. (2008). “Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas”. In: NUNES, J. A.; ROQUE, R.. (orgs.). *Objectos impuros: experiências em estudos sociais da ciência*. Afrontamento: Porto. p. 63-77.

SEGATA, J; MUCCILLO, L; BECK, L. (2020). A COVID-19 e o capitalismo na carne. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, v. 8, n. 1, p. 354-373. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/19730/12145>>. Acesso em: 12 de mar. 2021.

SEGATA, J. (2020). Covid-19, biossegurança e antropologia. *Horizontes Antropológicos*, v. 26, n.57, p. 275-313. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832020000200275&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 de mar. de 2021.

SOUZA, D. de O. (2020). A militarização do Ministério da Saúde no Brasil: passos rumo ao retrocesso em plena pandemia. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 29, n. 2, p. 33-54. Disponível em:

<<http://www.scielo.edu.uy/pdf/rucp/v29n2/1688-499X-rucp-29-02-33.pdf>>.
Acesso em: 14 de mar. de 2021.